

FOTOS: EUGENIO NOVAS



Meneguelli (de barba, ao centro) tem status de deputado no plenário, mas não é

## Até o plenário fica ocupado por lobistas

A votação do substitutivo pela Sistematização, no plenário da Câmara, está fazendo a alegria dos lobistas. Líderes sindicais, assessores parlamentares e representantes de grupos de pressão circulam com toda a desenvoltura pelo plenário durante debates e votações, sem perder qualquer oportunidade para conversar com os constituintes.

O presidente da CUT, Jair Meneguelli, tem sido mais assíduo do que muitos membros da Sistematização e promete acompanhar de perto os trabalhos até o final da votação do capítulo sobre Direitos Sociais. Outras presenças constantes são o presidente da CGT, Joaquim Alves dos Santos, o Joaquinão, e o principal assessor do presidente da

UDR, Ronaldo Caiado, Fábio Sabóia.

O plenário, sem dúvida, é um local privilegiado para o acompanhamento da votação. Além do livre acesso aos constituintes até segundos antes deles manifestarem seu voto, os visitantes ainda podem juntar suas palmas às dos parlamentares, durante as disputas mais polêmicas.



Ulysses e Cabral: sem folga

## Comissão não terá feriado

A Comissão de Sistematização se reúne neste sábado, a partir das 9h, e na segunda-feira, das 14h30 às 20h30, para continuar a votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral. Esta decisão foi reiterada ontem pelo presidente da Comissão, senador Afonso Arinos, em resposta a um requerimento da deputada Sandra Cavalcanti (PFL/RJ), que queria passar o feriado com a família, em respeito a Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, e às crianças, homenageadas no dia 12.

Ao contrário do que pensa a constituinte pefelista, a deputada Beth Azize (PSB/AM) acha que a maior homenagem que se pode fazer às crianças, no seu dia, é não interromper os trabalhos da Sistematização.

Ela sugeriu a Afonso Arinos até colocar em votação a proposta que surgiu na tarde de ontem, durante reunião da Comissão, de autoria do deputado José Lins (PFL/CE), para que a Mesa cancelasse a reunião marcada para segunda-feira, compensando-a com duas na terça. Já o deputado Inocêncio Oliveira (PFL/PE), também adepto do cancelamento da sessão do feriado, propôs outra na quarta-feira e marcou o horário: das 9 às 13h e das 15 às 20h.

Diante da insistência dos pefelistas mas constatando a inclinação da maioria do plenário ao trabalho no feriado, o senador Afonso Arinos deu por encerrada a questão, reiterando a decisão da Mesa.

## Ex-petistas fazem greve e passam mal

Salvador — Telson Crescêncio e José Wellington Diógenes, dois dos seis ex-militantes do PT que se encontram presos em Salvador por tentativa de assalto a uma agência do Banco do Brasil, já começam a sentir os efeitos da greve de fome iniciada desde a última segunda-feira para reivindicar a agilização do julgamento e o desmonte da "farsa jurídico-política" que dizem ter sido armada contra eles.

Segundo o boletim médico de ontem, Telson e José Wellington apresentavam estado geral "decaído". Os batimentos cardíacos de Telson eram de 51 batidas por minutos e os de José Wellington, 52. O médico Eduardo Guimarães solicitou um exame sumário de urina para José Wellington, que se queixou de cólicas abdominais.

Os demais presos apresentam estado geral regular e todos continuam recusando a alimentação e ingerindo apenas água com sal ou com açúcar. Apesar disso, todos eles mantêm o moral elevado e se dizem dispostos a continuar com o movimento.

## Congresso de socialistas continua hoje

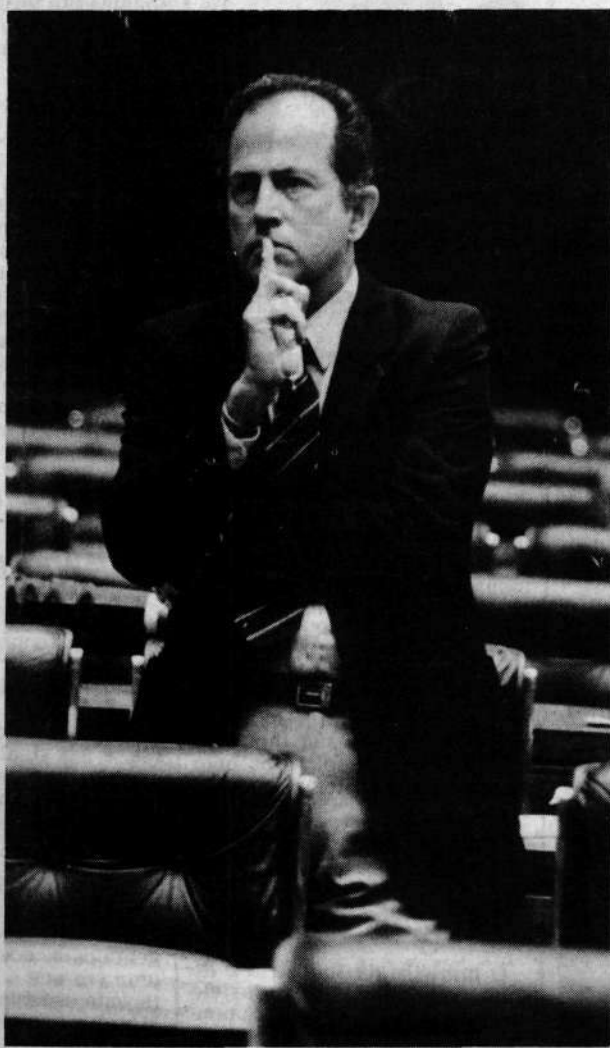
Os socialistas voltam a se reunir neste final de semana, em torno do 1º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro PSB, cuja sessão solene de abertura está marcada para hoje às 10 horas no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, sob a presidência do senador Jamil Haddad, presidente do partido. O congresso do PSB se estenderá até o dia 12, segunda-feira, e tem entre seus principais objetivos avaliar a participação do partido no movimento social brasileiro, discutindo sua atuação no sindicalismo, na juventude, nos movimentos populares, na defesa do meio ambiente, e na consolidação de sua estrutura em todo o território nacional.

## Território vota membros do Conselho

Amanhã será dia de eleições no Território Fernando de Noronha. E que os moradores daquele arquipélago irão indicar os seis representantes populares que vão integrar o Conselho Comunitário do Território. O Conselho foi criado através de Decreto Territorial em 19 de setembro último pelo governador Fernando César Mesquita, sendo um órgão de estrutura popular e técnico-científica de consulta deliberada para dar assessoria ao Governo local.

## ESTABILIDADE

# Albano conta com apoio de Ulysses no plenário



Albano inicia negociação para alterar o texto

O senador Albano Franco (PMDB-SE), presidente da Confederação Nacional da Indústria, garantiu que terá a colaboração do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, para modificar, no plenário ampliado da Assembleia, o instituto da estabilidade, aprovado pela Comissão de Sistematização. Ele aposta ainda na inclusão da indenização progressista, defendida pelos empresários, no inciso XVII dos direitos sociais, que prevê aviso prévio e indenização nos casos de demissões, nos termos da lei. Albano considerou injustas as acusações do deputado Afif Domingos (PL-SP), de que ele e o presidente da Fiesp, Mário Amato, foram os responsáveis pela aprovação da estabilidade.

— E um absurdo me acusarem agora —, disse o senador, ressaltando que até o último momento ele tentou uma negociação capaz de evitar a aprovação do substitutivo do relator Bernardo Cabral, "que só não foi possível por uma avaliação precipitada do PFL", que acabou votando junto com a esquerda do PMDB. Derrotado, o senador está iniciando uma negociação para o plenário da Constituinte e, para tal, conta com o apoio de Ulysses Guimarães.

Segundo o senador, Ulysses era favorável à aprovação do substitutivo I, que

remetia toda a discussão para a legislação ordinária. Como a matéria foi rejeitada pela Sistematização, o presidente da Constituinte apostou na aprovação da emenda Max Rosemann (PMDB-PR), que também foi derrotada. Agora, só resta o plenário ampliado e, para obter os 280 votos necessários para derrotar a estabilidade absoluta, Albano conta com o prestígio do presidente da Constituinte.

— A posição do deputado Ulysses Guimarães é decisiva porque ele tem peso por presidir o partido e a Constituinte. E o mais importante é que ele está disposto a interferir. O senador acrescentou que Ulysses já deu o sinal verde para que recomeçassem as negociações visando a aprovação de uma emenda intermediária, onde se garantiria a indenização progressiva.

Disse ainda que existe uma preocupação do deputado Ulysses Guimarães de que na Constituinte não tenha vencedores nem vencidos.

A proposta que Albano Franco começa a negociar prevê o acoplamento do substitutivo aprovado de um novo destaque que dispõe sobre a indenização progressiva, mesmo que esta esteja vinculada aos casos onde a Constituição prevê a possibilidade de se processar demissões.

## Comércio manifesta sua "apreensão"

O presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, distribuiu ontem aos órgãos de comunicação uma nota oficial onde a entidade manifesta todo o seu descontentamento e apreensão em vista da aprovação da estabilidade no emprego, nos termos do substitutivo 2 do relator da Comissão de Sistematização da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). O texto do documento é o seguinte: "Constatamos, com perplexidade, a rejeição da emenda constitucional que abolia a estabilidade do emprego. E desde já tornamos pública a posição da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, que é a de repúdio a uma

decisão demagógica e danosa aos interesses nacionais. Danosa, em primeiro lugar, ao universo dos assalariados brasileiros, que correm o risco real de perderem seus empregos. Danosa aos empresários, sobretudo os de menor porte, que serão obrigados a cortar pessoal, reduzindo, conseqüentemente, sua produção e seu faturamento. Danosa, enfim, à economia nacional como um todo, que certamente se ressentirá — e de modo dramático — do aumento de contingente de desempregados a níveis socialmente insustentáveis, do declínio da produtividade e do recrudescimento da recessão. O momento, pois, companheiro, é de ação. Não podemos limitar nosso repú-

dio ao simples discurso. Devemos nos mobilizar, nos unir e agir, no sentido de mostrar à opinião pública o verdadeiro crime de lesa-pátria que está em vias de ser cometido, e impedir sua efetivação. Estamos elaborando um documento em que firmamos nossa posição, e que enviaremos a todos os companheiros, com objetivo de, consensualmente, fechar questão contra a estabilidade no emprego. Ao mesmo tempo, estamos estudando, com tranqüilidade e ponderação, ações de grande impacto psicossocial, em defesa de nossos interesses, e em defesa da economia brasileira. Neste primeiro momento, dando forma ao nosso

sentimento, afirmamos nosso apoio à emenda do deputado Darcy Pozza, que descarta a estabilidade, trocando-a pela compensação financeira da comissão proporcional ao tempo de serviço.

Contamos com a solidariedade e a colaboração de todos os companheiros para dar repercussão nacional ao nosso protesto e às ações práticas que dele resultarão.

Hoje, mais do que nunca, devemos levantar bem alto nossa bandeira de liberdade sempre. E, unidos, conduzi-la por todos os rincões deste enorme País, na justa e vital batalha pela livre iniciativa".

## Fiesp desmente a versão de jornal

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, enviou ontem telex solidarizando-se com o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, por sua conduta no processo de votação da estabilidade na Comissão de Sistematização. A manifestação do presidente da Fiesp desmente a notícia publicada ontem pelo jornal O Estado de S. Paulo no sentido de que Amato teria criticado o desempenho do senador Albano Franco durante o processo de votação.

No telex, Mário Amato assinala que tanto a CNI como a Fiesp tentaram, desde a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, "um acordo com as lideranças dos trabalhadores a fim de encontrar um caminho para o conceito de despedida imotivada que não inviabilizasse a nossa economia", não sendo possível "chegar-se a um ponto de vista comum". Segundo o presidente da Fiesp, "perdemos uma batalha e não a guerra", acrescentando que ainda existe tempo para se demonstrar aos constituintes que "todo um projeto de desenvolvimento econômico e de progresso social poderá ser destruído pela consagração da ociosidade e da ineficiência".

Mário Amato nega que a derrota da emenda popular dos empresários do Rio Grande do Sul e do destaque apresentado pelo deputado Max Rosemann tenha ocorrido "em função da falta de articulação entre os empresários, entre si e entre estes e a classe política. Tudo que humanamente era possível fazer, foi feito".

Eis a íntegra do telex enviado por Amato ao senador Albano Franco:

"Venho trazer a minha solidariedade ao prezado companheiro no que se refere à sua conduta no caso da votação do artigo 6º, inciso I do substitutivo do relator Bernardo Cabral, na Comissão de Sistematização, que trata dos princípios da estabilidade. Quero recordar que desde o princípio da instalação da Assembleia Nacional Constituinte vimos, tanto a CNI como a Fiesp, tentando um acordo com as lideranças dos trabalhadores a fim de encontrar um caminho para o conceito de despedida imotivada que não inviabilizasse a nossa economia.

O encontro multiplicaram-se e não foi possível chegar-se a um ponto de vista comum. Poucos dias antes da votação do mencionado artigo tentou-se um entendimento com as lideranças

partidárias no sentido de adotar-se a redação constante do substitutivo I de Bernardo Cabral, admitindo-se ao mesmo um destaque já existente que subordinaria a dispensa imotivada a uma pena pecuniária progressiva, de tal forma que se inibisse a dispensa arbitrária. Não tendo vingado tal acordo, fechamos questão em torno da chamada emenda popular do Rio Grande do Sul que, de certa forma, abrigava o mesmo princípio.

Derrotada esta emenda na Sistematização voltamos para o destaque do deputado Max Rosemann que remetia a questão de estabilidade para legislação ordinária.

Infelizmente, mais uma vez, não conseguimos êxito. Não é verdade, contudo, que esses malogros tenham ocorrido em função de falta de articulação entre os empresários entre si, e entre estes e a classe política. Tudo que humanamente era possível fazer, foi feito.

Os contatos com os constituintes membros da Sistematização vararam noite adentro e infelizmente alguns votaram contra suas próprias convicções atendendo interesses políticos outros em seus Estados, já que pretendem disputar cargos eletivos para o Executivo em suas bases elei-

torais. Outros, abandonaram a sua palavra de ontem por um desejo menor de ver aprovada uma emenda que levasse o seu próprio nome.

Sou empresário e não político. Tenho que lutar com os meus valores e com as limitações impostas até mesmo pelo meu estilo de vida.

Disse e reiterarei aos políticos que a garantia do emprego é um direito a ser preservado na medida em que as condições econômicas permitirem. Ela depende visceralmente da saúde das empresas, principalmente num País como o nosso, cujo crescimento populacional vegetativo exige a criação de quase dois milhões de novos empregos a cada ano.

Perdemos uma batalha e não a guerra.

Existe tempo, ainda, para se demonstrar aos constituintes que todo um projeto de desenvolvimento econômico e progresso social poderá ser destruído pela consagração da ociosidade e da ineficiência.

Continuo confiando que, ao final, vai prevalecer na Assembleia Nacional Constituinte, que é soberana, a defesa dos interesses de toda a nação brasileira, especialmente da classe trabalhadora, que não pode ser punida por um princípio que não reivindicou".